

RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO BRASIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE ARTIGOS EMPÍRICOS

Ianna Dreissi Mendes da Cunha¹
Dalila Castelliano de Vasconcelos²

RESUMO

O objetivo da presente pesquisa, que ocorreu por meio de uma revisão sistemática, foi investigar como as pesquisas empíricas sobre o contexto brasileiro abordam a resolução de conflitos. A partir das diretrizes da *Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyse* (Prisma) e do descritor “resolução de conflitos”, foi realizada uma busca nas bases de dados Periódicos CAPES, Scielo, Arca, PsycInfo, PubMed e PsicoInfo entre os anos de 2009 e 2020. Um total de 607 artigos foram recuperados, dos quais 22 eram artigos empíricos. De acordo com os resultados, predominaram estudos da Área da Psicologia, sobre contextos regionais específicos do sul do Brasil. A revisão sintetiza estudos que podem contribuir para o desenvolvimento de pesquisas futuras na Área da Educação e contribuam para uma abordagem preventiva da resolução de conflitos.

Palavras-chave: Revisão Sistemática, Conflitos, Resolução de conflitos, Brasil.

INTRODUÇÃO

Com base em estudos empíricos, são verificadas algumas tipologias para a resolução de conflitos. Dentre elas, destacam-se três, propostas inicialmente por Deluty (1979), a saber: a agressiva, a submissa e a assertiva.

Na estratégia agressiva, utilizam-se formas coercitivas para resolver situações conflituosas, como diferentes formas de violência, como o desrespeito aos direitos, às opiniões e aos sentimentos alheios. A estratégia submissa envolve a consideração dos direitos e dos sentimentos dos outros, porém os próprios direitos e sentimentos são desconsiderados, caracterizando-se pelo não enfrentamento de uma situação por meio de fuga ou esquivas (Deluty, 1979).

Por fim, a estratégia assertiva envolve a utilização de formas não coercitivas ou submissas para resolver os conflitos, pois busca uma resolução do impasse que respeite os

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, ianadreissi@gmail.com

² Professor orientador: Doutora, Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, dalila_bal@hotmail.com

direitos e as opiniões dos outros e as próprias. Busca-se, nessa tipologia, encontrar a melhor solução e beneficiar todas as partes em conflito (Deluty, 1979).

Shek (1997) sugere que é preciso analisar adequadamente as formas de resolver os conflitos e seu consequente nível de reincidência pois está relacionado a qualidade e a manutenção das relações sociais.

Com base nas discussões sobre a ‘resolução de conflitos’, questiona-se: Quais são as possíveis limitações existentes nas discussões sobre o assunto que podem se apresentar, por exemplo, pelas áreas, pelos contextos ou regiões contempladas pelos estudos? Para esse mapeamento, esta revisão sistemática visa conhecer, por meio da análise de artigos científicos, como o campo de estudos sobre resoluções de conflitos tem se configurado no Brasil entre os anos de 2009 e 2020.

METODOLOGIA

Para selecionar os artigos, fez-se uma busca nas bases de dados Periódicos CAPES, Scielo, Arca, PsycInfo, PubMed e PsicoInfo, a partir do termo de busca ‘resolução de conflitos’. As pesquisas realizadas nas bases de dados foram desenvolvidas com base nos direcionamentos do *Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyse* (Prisma) (Moher et al., 2015). Esta pesquisa foi cadastrada no banco internacional de revisões sistemáticas e obteve o código de registro CRD42020218731 no *International Prospective Register of Systematic Reviews* (Prospero, 2015).

Crítérios de elegibilidade

Como critérios de inclusão, foram adotados os seguintes procedimentos: contemplar o tema e versar sobre o contexto brasileiro. Foram excluídos os artigos que não contemplavam

o tema ou o contemplavam de forma secundária; os que não versavam sobre o contexto brasileiro e os repetidos. Primeiramente, os artigos que contemplavam o tema foram tabulados e, em seguida, selecionados, eleitos e incluídos no *corpus* final da pesquisa.

Seleção dos estudos

Para selecionar os estudos, em um primeiro momento, dois pesquisadores realizaram a leitura dinâmica dos títulos e dos resumos dos artigos recuperados segundo os critérios de elegibilidade. Em seguida, a fim de conseguir artigos que contemplassem melhor o tema, avaliou-se minuciosamente o texto integral dos estudos. Essas etapas foram desenvolvidas por meio de análises independentes por cada pesquisador e comparadas em conjunto com um terceiro avaliador. Quando havia discordância, o processo de análise era refeito para o respectivo artigo.

Processo de análise dos dados

Os artigos recuperados foram classificados inicialmente como artigos teóricos, empíricos e bibliométricos. A partir dessa divisão, a análise ocorreu por meio dos seguintes eixos: ano, periódicos, autor, área, contexto, definição de conflito e definição da resolução de conflitos. Nos artigos empíricos, também foram analisados os participantes, o local onde a pesquisa seria realizada e se eram estudos de abordagens qualitativas ou quantitativas. Todo o processo de tabulação e de análise dos dados foi feito por dois pesquisadores de forma independente, com a finalidade de reduzir possíveis vieses.

Risco de viés

O risco de viés dos artigos inseridos no *corpus* final da pesquisa foi analisado por dois pesquisadores de forma independente, através de duas ferramentas de análises que

contemplam, separadamente, estudos qualitativos e quantitativos. No primeiro caso, optou-se por utilizar a ferramenta *Appendix H Quality appraisal checklist – qualitative studies*, do *National Institute for Health and Care Excellence* (Nice, 2012). Trata-se de um instrumento que avalia estudos de natureza qualitativa, a partir de um *checklist* com 14 questões, distribuídas em seis categorias: abordagem teórica, *design* do estudo, coleta de dados, confiabilidade, análise e questões éticas.

Já para os estudos quantitativos, foi escolhida a ferramenta *Quality Assessment Tool for Observational Cohort and Cross Section* do *National Heart, Lung and Blood Institute* (Nhlbi, 2014), que também contém 14 questões, que se distribuem por categorias voltadas para os objetivos, participantes, exposição, impacto e variáveis.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio do procedimento metodológico descrito na figura 1, foram incluídos 50 artigos que versavam precisamente sobre a resolução de conflitos no contexto brasileiro.

Figura 1

Fluxograma do procedimento de elegibilidade dos artigos

Identificação	607 artigos identificados nos bancos de dados de busca.
	40 artigos repetidos excluídos.
Seleção	567 artigos após eliminar os repetidos.
Elegibilidade	467 artigos excluídos por não versarem sobre o contexto brasileiro ou por não contemplarem o tema.
	100 artigos completos avaliados para elegibilidade.
Inclusão	50 artigos excluídos por contemplarem o tema de forma secundária.
	50 artigos incluídos por contemplarem o tema de forma primária.

Dos 50 artigos que contemplaram o tema ‘resolução de conflitos’, 22 eram artigos empíricos. Na tabela 1, a seguir, constam os dados dos artigos empíricos que foram analisados.

Categorização dos artigos empíricos

N.º	Autor	Região	Participantes	Quantitativa ou Qualitativa
2	Bolze et al. (2019)	Sul (não especificado)	(150 mulheres e 150 homens), 150 casais heteroafetivos	Quantitativa
3	Delatorre e Wagner (2019)	Sul (RS)	1500 pessoas (750 casais)	Quantitativa
10	Bolze et al. (2017)	Brasil (Não especificado)	24 pessoas (12 casais)	Qualitativa
15	Oliveira e Morais (2016)	Sudeste (Município do interior paulista)	1ª fase: 70 crianças e adolescentes de seis a dezessete anos de idade; 2ª fase: 30 crianças de seis a onze anos de idade (100 crianças/adolescentes)	Quantitativa
16	Delatorre et al. (2017)	Sul (RS- 67 municípios)	1500 pessoas (750 casais)	Quantitativa
21	Scheeren et al. (2015)	Sul (RS- 28 municípios)	428 pessoas (214 casais)	Quantitativa
23	Scheeren et al. (2014)	Sul (RS- 28 municípios)	428 pessoas. (214 casais)	Quantitativa
24	Rosa e Falcke (2014)	Sul (RS- Porto Alegre)	6 pessoas. (3 casais)	Qualitativa
25	Santos et al. (2014)	Sul (RS- Porto Alegre)	10 professoras	Qualitativa
26	Bolze et al. (2013)	Sul (SC- quatro cidades das duas regiões- Grande Florianópolis e Vale do Itajaí)	208 pessoas (104 casais)	Qualitativa
29	Mosmann e Falcke (2011)	Sul (RS)	298 pessoas (149 casais)	Qualitativa
31	Frugoli et al. (2019)	Sudeste (São Paulo)	Mulheres “amplo”	Qualitativa
32	Frizzo et al. (2019)	Sul (RS- Porto Alegre)	11 famílias com bebês	Qualitativa
33	Gaspodini e Falcke (2018)	Brasil (Não especificado)	497 psicólogos	Quantitativa
34	Leme et al. (2018)	Sudeste (SP)	291 pré-adolescentes	Quantitativa
35	Montezuma et al. (2017)	Sudeste (MG- Belo Horizonte)	Equipe da Vara de Família do Fórum Lafayette	Qualitativa
38	Pontes et al. (2014)	Norte (AM- município de São Gabriel da Cachoeira e Manaus)	Comunidades do Baixo Rio Içana no Distrito Sanitário Especial Indígenas do Alto Rio Negro (Dseirn)	Qualitativa
40	Oliveira et al. (2019)	Brasil (não especificado)	162 respondentes (Secretários Municipais de Saúde) e 40 respondentes (Juizes de Direito em	Qualitativa

			Varas de Fazenda Pública do Brasil)	
43	Sabóia e Fernandez (2017)	Nordeste (PE)	11 estudantes	Qualitativa
45	Bohn e Mosmann (2020)	Sul (RS)	281 pessoas (69 homens e 212 mulheres)	Quantitativa
47	Murta et al. (2020)	Brasil (Não especificado)	10 pessoas (6 mulheres e 4 homens)	Qualitativa
50	Costa e Mosmann (2020)	Sul (não especificado)	485 pessoas	Quantitativa

Dos 22 estudos empíricos, 21 eram da área de Psicologia, e a maioria dos participantes foram casais (n. 2, 3, 10, 16, 21, 23, 24, 26 e 29). O número de participantes, no entanto, foi bastante diversificado, pois variou entre três cônjuges, como no estudo de Rosa e Falcke (2014) - artigo n. 24 - até 750 casais, como os estudos de Delatorre e Wagner (2019) e Delatorre et al., (2017) - artigos n. 3 e 16.

Os participantes de oito artigos da área de Psicologia foram professores e estudantes (15, 25, 31, 32, 33, 34, 35, 43), cuja quantidade variou. Assim, houve estudos que contemplaram dez professores, como o de Santos et al. (2014) (artigo n. 25), com 100 crianças e adolescentes, como o de Oliveira e Moraes (2016) (artigo n. 15), entre outros. Por fim, o artigo de Pontes et al. (2014) - artigo n. 38 - contou com a participação de integrantes de comunidades do Baixo Rio Icana.

Na área de Direito, o artigo de autoria de Oliveira et al. (2019) (n. 40) foi o único empírico dos estudos analisados, do qual participaram 162 secretários municipais de Saúde e 40 juízes de Direito de Varas de Fazenda Pública do Brasil.

No que se refere às regiões brasileiras onde as pesquisas foram conduzidas, constatou-se que a Região Sul do país concentra o maior número de estudos. Dos 22 artigos, 12 contemplaram essa região (n. 2, 3, 16, 21, 23, 24, 25, 26, 29, 32, 45, 50). Desses, nove foram realizados no estado do Rio Grande do Sul, um, em Santa Catarina (artigo 26), e dois

não foram especificados (artigo 2, 50). Nos artigos que contemplaram a Região Sul, predominaram estudos sobre a cidade de Porto Alegre (24, 25, 32), capital do estado do Rio Grande do Sul, e estudos mais amplos que reuniram diversas cidades (16, 21, 23, 45).

Referente às demais regiões, dos outros 10 artigos, quatro trataram da Região Sudeste (artigos n. 15, 31, 34, 35 da tabela 1); um, da Nordeste (n. 43); e um, da Norte (n. 38). A Região Centro-oeste não foi abordada em nenhum dos estudos recuperados nesta revisão. Nos artigos 10, 33, 40 e 47, a região não foi especificada.

Isso demonstra uma centralidade das pesquisas em duas regiões do país – a Sul e a Sudeste. Sidone et al. (2016), em estudo sobre o território brasileiro entre os anos de 1992 e 2009, concluíram que essa concentração vem diminuindo ao passo que o Sudeste tem sofrido redução de textos publicados. Embora a realidade dessa revisão não seja inserida no estudo supracitado, verifica-se que a produção científica sobre o assunto continua marcada por desigualdades quantitativas de produção entre as regiões do Brasil, concentrada em investigar a realidade da região sul/sudeste.

Dos 22 artigos empíricos, 12 apresentaram uma abordagem qualitativa dos resultados, e dez, quantitativa. Para analisar a qualidade dos estudos qualitativos, foi utilizada a ferramenta *Appendix H Quality appraisal checklist – qualitative studies* (Nice, 2012), com qualidade boa, razoável e ruim. Seis artigos se classificaram como de qualidade boa e baixo risco de viés (n. 10, 24, 25, 32, 35, 47). Quando atendidos cerca de 50% dos critérios, foram classificados com qualidade razoável, apresentando risco de viés moderado (dois artigos- 31, 38). Por fim, artigos que contemplavam poucos ou nenhum dos critérios foram inseridos com qualidade ruim, o que resultou em um alto risco de viés (quatro artigos- 26, 29, 40, 43).

No que se refere aos oito estudos quantitativos, o risco de viés foi averiguado de acordo com os critérios estabelecidos pela *Quality Assessment Tool for Observational Cohort and Cross Section* (Nhlbi, 2014). Dentre eles, a clareza na especificação da população, a taxa

de participação de pessoas elegíveis para a pesquisa, a regularidade do tempo e do espaço dos estudos, entre outros. Ao contemplar os critérios da ferramenta, todas as dez pesquisas se configuraram como de boa qualidade e com baixo risco de viés (n. 2, 3, 15, 16, 21, 23, 33, 34, 45, 50).

Dessa forma, o estudo mostrou que a maioria dos artigos analisados apresentam boa qualidade e baixo risco de viés, por esta razão optou-se por incluir todos os estudos na presente análise. Entretanto, ressalta-se que a maioria dos artigos avaliados por meio das escalas são da área de Psicologia, que reúne grande parte dos estudos empíricos, o que demonstra possível déficit das demais áreas na discussão da temática do conflito, ademais, em uma perspectiva preventiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi analisar a literatura científica sobre o tema ‘resolução de conflitos’ no contexto brasileiro e dissertar sobre a quantidade, a diversidade e a abordagem dos artigos empíricos encontrados. A partir dos resultados encontrados e das discussões apresentadas nesta revisão, constataram-se algumas lacunas na literatura científica que aborda o tema.

Verificou-se que algumas áreas e contextos, como as Ciências Sociais e a Educação, por exemplo, são carentes de pesquisas sobre esse assunto. Pois, embora os estudos da Área da Psicologia também analisaram realidades educacionais, é percebida uma grande concentração de artigos sobre as relações de casais, o que representa uma possível cultura de pesquisa de cada área e os recortes sociais que elas se propõem a analisar. Assim, expõe a necessidade de que as áreas se apropriem de pesquisas em seus contextos sociais, podendo dialogar com pesquisas de outras áreas mas não omitir-se nesse papel.

REFERÊNCIAS

- BOHN, M.; MOSMANN, C. P. O papel discriminante das estratégias de resolução de conflito conjugal nos níveis de mindfulness. **Avances en Psicología Latinoamericana**, v. 38, n. 3, 102-116. 2020. <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.8027>
- BOLZE, S. D. A.; CREPALDI, M. A.; SCHMIDT, B.; VIERIA, M. L. Relacionamento conjugal e táticas de resolução de conflito entre casais. **Actualidade en Psicología**, n. 24, v. 114, 71-85, 2013. <https://doi.org/10.15517/ap.v27i114.4828>
- BOLZE, S. D. A.; SCHMIDT, B.; BOING, E.; CREPALDI, M. A. Conflitos conjugais e parentais em famílias com crianças: características e estratégias de resolução. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 27, n. 1, 457-465, 2017. <https://doi.org/10.1590/1982-432727s1201711>
- BOLZE, S. D. A.; SCHMIDT, B.; BOSSARDI, C. N.; GOMES, L. B.; BIGRAS, M.; VIEIRA, M. L.; CREPALDI, M. A. Táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais em famílias sul-brasileiras. **Ciencias Psicológicas**, v. 13, n. 1, 67-81, 2019. <https://dx.doi.org/10.22235/cp.v13i1.1810>
- COSTA, C. B.; MOSMANN, C. P. Aspects of the marital relationship that characterize secure and insecure attachment in men and women. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 37, 2020. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e190045>
- DELATORRE, M. Z.; SCHEEREN, P.; WAGNER, A. Marital conflict: evidences of validity of a conflict resolution scale in couples in southern Brazil. **Avances en Psicología Latinoamericana**, v. 35, n. 1, 79-94, 2017. <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.3742>
- DELATORRE, M. Z.; WAGNER, A. How do couples disagree? An analysis of conflict resolution profiles and the quality of romantic relationships. **Revista Colombiana de Psicología**, v. 28, n. 2, 91-108, 2019. <https://doi.org/10.15446/rcp.v28n2.72265>
- DELUTY, R. The children's action tendency scale: a self report measure of aggressiveness, assertiveness and submissiveness in children. **Journal of Consulting Psychology**, v. 47, n. 6, 1979. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.47.6.1061>
- FRIZZO, G. B.; SCHMIDT, B.; VARGAS, V.; PICCININI, C. A. Coparentalidade no contexto de depressão pós-parto: um estudo qualitativo. **Psico-USF**, v. 24, n. 1, 85-96, 2019. <https://doi.org/10.1590/1413-82712019240107>
- FRUGOLI, R.; MISKOLCI, R.; SIGNORELLI, M. C.; PEREIRA, P. P. G. De conflitos e conflitos: uma etnografia na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher. **Saúde e Sociedade**, v. 28, n. 2, 201-214, 2019. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902019170842>
- GASPODINI, I. B.; FALCKE, D. Relações entre preconceito e crenças sobre diversidade sexual e de gênero em psicólogos/as brasileiros/as. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 38, n. 4, 744-757, 2018. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001752017>
- LEME, M. I. S.; BECHARA, L. C.; KFOURI, M. An exploratory study of forgiveness' place into the interpersonal conflicts of pre-teenagers. **Psico-USF**, v. 23, n. 3, 409-423, 2018. <https://doi.org/10.1590/1413-82712018230302>

MOSMANN, C.; FALCKE, D. Conflitos conjugais: motivos e frequência. **Revista da SPAGESP**, v. 12, n. 2, 5-16, 2011. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702011000200002&lng=pt&tlng=pt

MONTEZUMA, M. A.; PEREIRA, R. C.; MELO, E. M. Abordagens da alienação parental: proteção e/ou violência? **Physis**, v. 27, n. 4, 1205-1224, 2017. <https://doi.org/10.1590/s0103-73312017000400018>

MOHER, D.; LIBERATI, A.; TETZLAFF, J.; ALTMAN, D.G.; THE PRISMA GROUP. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. *Epidemiol. Serv. Saúde*, v. 24, n. 2, 335-342, 2015. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742015000200017>

MURTA, S.G.; PARADA, P.O.; MENESES, S. S.; MEDEIROS, J.V.V.; BALBINO, A.; RODRIGUES, M.C.; MURA, A. M.; SANTOS, T. A. A.; DE VRIES, H. Dating SOS: a systematic and theory-based development of a web-based tailored intervention to prevent dating violence among Brazilian youth. **BMC Public Health**, v. 20, n. 1, 1-14, 2020. <https://doi.org/10.1186/s12889-020-08487-x>

NATIONAL HEART, Lung and Blood Institute [Internet]. **Quality Assessment of Systematic Reviews and Meta-Analyses**, 2014. <https://www.nhlbi.nih.gov/health-topics/study-quality-assessment-tools>

OLIVEIRA, D. M. S.; MORAIS, A. Desenho animado e formação moral: resultados de uma intervenção. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 14, n. 4, 207-233, 2016. <https://doi.org/10.5935/2238-1279.20170029PDF>

OLIVEIRA, M. R. M.; SOARES, R. A. S.; SOUSA, M. F.; MENDONÇA, A. V. M.; DELDUQUE, M. C. Mediação como prevenção à judicialização da saúde: narrativas dos sujeitos do Judiciário e da Saúde. **Escola Anna Nery**, v. 23, n. 2, 2019. <https://doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2018-0363>

PONTES, A. L. M.; GARNELO, L.; REGO, S. Reflexões sobre questões morais na relação de indígenas com os serviços de saúde. **Revista Bioética**, v. 22, n. 2, 337-346, 2014. <https://doi.org/10.1590/1983-80422014222015>

ROSA, L. W.; FALCKE, D. Conjugal violence: understanding the phenomenon. **Rev. SPAGESP**, v. 15, n. 1, 17-32, 2014. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167729702014000100003&lng=pt

SABÓIA, D.; FERNANDEZ, E. M. C. **Estratégias identitárias e processos interculturativos na mobilidade estudantil da ufpe/Recife**. In: C. Lussi (Ed.), *Migrações internacionais: Abordagens de direitos humanos* (p. 333-346). CSEM – Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2017. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/29945>

SANTOS, D. L.; PRESTES, A. C.; FREITAS, L. B. L. Estratégias de professoras de educação infantil para resolução de conflitos entre crianças. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 18, n. 2, 247-254, 2014. <https://doi.org/doi:10.1590/2175-3539/2014/0182740>



SCHEEREN, P.; VIEIRA, R. V. A.; GOULART, V. R.; WAGNER, A. Marital Quality and Attachment: The Mediator Role of Conflict Resolution Styles. **Paidéia**, v. 24, n. 58, 177-186, 2014. <https://doi.org/10.1590/1982-43272458201405>

SCHEEREN, P.; DELATORRE, M. Z.; NEUMANN, A. P.; WAGNER, A. The predictor role of attachment styles in marital conflict resolution. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 15, n. 3, 835-852, 2015. <https://doi.org/10.1590/1982-43272458201405>

SHEK, D. The relation of parent–adolescent conflict to adolescent psychological well-being, school adjustment, and problem behavior. **Social Behavior and Personality**, v. 259, n. 1, 277–290, 1997. <https://doi.org/10.2224/sbp.1997.25.3.277>

UNIVERSITY OF YORK. Centre for Reviews and Dissemination. **International Prospective Register of Systematic Reviews**. University of York, 2015. <http://www.crd.york.ac.uk/PROSPERO/>

U. K. National Institute for Health and Care Excellence. **Methods for the development of NICE public health guidance** (3 ed.). NICE, 2012. <https://www.nice.org.uk/>